



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – SETOR DE COMBUSTÍVEIS

REQUERIMENTO Nº , DE 2003.

(Do Sr. Deputado JAIME MARTINS)

Requer à CPI dos combustíveis que solicite à Mesa da Câmara dos Deputados a proposição de ação declaratória de constitucionalidade com pedido de medida cautelar da CIDE – combustíveis.

Senhor Presidente:

Solicito, com base no § 4º do art. 103 da Constituição Federal, que esta Comissão submeta à Mesa da Câmara dos Deputados solicitação para proposição de ação declaratória de constitucionalidade com pedido de medida cautelar da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível, instituída pela Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, nos termos da Emenda Constitucional nº 33, de 2001, baseada nos fundamentos da minuta em anexo.

JUSTIFICAÇÃO

A concessão de liminares contra o pagamento da CIDE – combustíveis em benefícios de algumas distribuidoras tem causado distorções no mercado, bem como provocado prejuízos ao erário. Um dos argumentos utilizados é a inconstitucionalidade do tributo, em razão da falta de lei complementar que disponha sobre a matéria. Todavia, muitas dessas liminares são, posteriormente, cassadas pelas instâncias superiores. Dessa modo, como forma de acabar com tal “indústria de liminares”, proponho a implementação da medida, pois, conforme prevê o § 2º do art. 102 da Constituição Federal, as decisões definitivas de mérito proferidas pelo STF nas ações declaratórias de constitucionalidade produzem eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo.

Sala das Comissões, em de de 2003

Deputado JAIME MARTINS